

Governo Federal anuncia quarentena para viajantes não vacinados

Comissão da Câmara amplia uso sustentável de florestas públicas

Página 6

BNDES e Inca vão implantar projeto sobre assentamentos na Amazônia

Página 3

Unicef pede US\$ 2 bilhões para salvar crianças afegãs

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pediu na terça-feira, (7) US\$ 2 bilhões aos doadores para responder à grave crise humanitária no Afeganistão e tratar 1 milhão de crianças com desnutrição aguda.

De acordo com a representante do Unicef Alice Akunga, metade das crianças menores de cinco anos no Afeganistão estará gravemente desnutrida em 2022 devido à crise alimentar e ao colapso da infraestrutura de saúde

Página 3

Governo e empresários assinam termo de concessão do 5G



Página 6

O governo federal anunciou na terça-feira (7) que vai exigir quarentena de cinco dias para viajantes não vacinados contra a covid-19 que desembarcarem no Brasil. Em cerimônia no Palácio do Planalto, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, detalhou que, após o período de quarentena definido, os viajantes deverão realizar um teste do tipo RT-PCR com resultado negativo.

Segundo o ministro, cerca de 80% da população brasileira acima de 14 anos já está imunizada com as duas doses da vacina. O número representa mais de 175 milhões de habitantes. Ele destacou ainda que o país conseguiu "reduzir fortemente" o número de casos e óbitos provocados pela covid-19 – nos últimos seis meses, a queda foi de cerca de 90%.

Página 6

Sabesp é reconhecida pela CGU como Empresa Pró-Ética 2020-2021

Página 2

Governo retira R\$ 138 milhões de emendas do relator

O Poder Executivo enviou mensagem ao Congresso para retirar o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 36/21, que abre crédito especial de R\$ 138,3 milhões. Os recursos têm como origem emendas do relator-geral do Orçamento, classificadas como

RP9 (emendas do relator). A maior parte dos recursos, de R\$ 128,3 milhões, iria para fomento ao setor agropecuário. Os R\$ 10 milhões restantes destinavam-se à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Página 6

| DÓLAR | | EURO | |
|-----------|------|---------|------|
| Comercial | | Compra: | 6,32 |
| Compra: | 5,61 | Venda: | 6,32 |
| Venda: | 5,61 | Compra: | 6,32 |
| | | Venda: | 6,32 |

Esporte

Brasileiro de Kart: Japonês Voador de Goiás será protagonista da Cadete

Começa oficialmente nesta quinta-feira (8/12) a disputa do maior campeonato de kart do mundo. O 56º Campeonato Brasileiro de Kart, com 523 inscritos, terá a sua primeira fase com as provas das categorias Mirim, Cadete, F4 Júnior, F4 Graduados, F4 SS / SSM, OK FIA e OK Júnior, sendo que a grande atração será a Cadete, com 70 pilotos. As decisões no sábado (11) terão início às 11 horas e serão exibidas ao vivo no SporTV. O Kartódromo Beto Carrero, em Penha (SC) vai estar lotado e as tomadas de tempo e baterias classificatórias serão apresentadas ao vivo no canal do Youtube da CBA BR Kart.

"Eu dediquei boa tarde des-

te ano treinando e correndo no Beto Carrero, com o objetivo de buscar o título de Campeão Brasileiro desta edição que é a mais prestigiada e cobiçada da história", planeja o pequeno goiano Pablo Hattori (Sprayercom/ONS Motorsports).

O Japonês Voador de Goiás, como é conhecido o garoto de apenas dez anos de idade, vem sedimentando o seu protagonismo com resultados cada vez melhores a cada entrada na pista. No Beto Carrero sempre subiu no pódio, começando com um sexto, seguido de quinto, depois quarto e recentemente foi segundo colocado no Open do Brasileiro. Com o requisito de ter largado apenas na 22ª posição e escalar todo o pelotão para receber a bandeirada bem próximo

do vencedor. "O bom é que a cada campeonato que eu participei no Beto Carrero, eu fui subindo degraus no pódio. No Brasileiro quero pular apenas mais um degrau pra cima", brinca o piloto de Goiânia. "A nossa equipe Sprayercom está muito bem preparada, e sob o comando do Onassis da Bravar acredito que terei equipamento de ponta pra brigar por este título. Este é o meu objetivo e tenho confiança de que estarei na luta direta pela vitória", completou o Japonês Voador de Goiás.

Programação da categoria Cadete:
08/12 (quarta-feira)
12h25 à 12h50 – Treino Cadete I



O Japonês Voador de Goiás está com o seu kart Bravar bem preparado

12h55 à 13h20 – Treino Cadete II
14h55 à 15h20 – Treino Cadete I

12h55 à 13h20 – Treino cadete II
14h55 à 15h01 – Tomada de tempos Cadete I
15h10 à 15h16 – Tomada de tempos Cadete II
16h55 à 17h10 – Corrida Classificatória A x B
17h15 à 17h30 – Corrida Classificatória C x D
10/12 (Sexta-feira)
13h40 à 13h55 – Corrida Classificatória A x C
14h00 à 14h15 – Corrida Classificatória B x D
15h05 à 15h20 – Corrida Classificatória A x D
16h36 à 16h51 – Corrida Classificatória B x C
11/12 (Sábado)
12h40 – Corrida Final
13h05 – Pódio

Volta Internacional da Pampulha

A Volta Internacional da Pampulha está entre as principais provas de rua do país. Sua tradição e reconhecida importância para o esporte tornam o evento especial na programação de fim de ano que amadores e profissionais. Um dos exemplos disso é a confirmação da participação de corredores de Elite nesta edição especial que tem o caráter participativo. A prova será no domingo, dia 12, a partir das 7h, com largada e chegada na será na Avenida Antônio Abraão Caran, ao lado da arena do Estádio Governador Magalhães Pinto, o Mineirão. O percurso total é de 18,079m em torno da Lagoa da Pampulha, um dos principais pontos turísticos da capital mineira.

A Elite terá representantes do Brasil e do Quênia. No mas-



22ª Volta Internacional da Pampulha

culino, os destaques confirmados são o queniano Bernard Kipsang Chumba, vice na Doha Marathon (QAT-2017), e os brasileiros Edmilson dos Reis Santana, terceiro na 10 Milhas Garoto (BRA-2016) e quarto na Maratona de

São Paulo (BRA-2013), Alexandre Pastorello, vencedor do Torneo Paulista Atletismo Praia Grande 10.000m (BRA-2021) e sexto no Campeonato Paulista Atletismo COTP Stadium 10.000m (BRA-2021), Robson

de Lima, décimo na Santiago Del Chile Marathon (CHI-2016) e quinto na Maratona do Rio de Janeiro (BRA-2021), Savio de Paula Rodrigues Silva, campeão da Sargento Gonzaguinha (BRA-2018), Antonio Kennedy de Souza Lima, campeão da Maratona do Rio – Desafio 21k (BRA-2021) e Leonardo Santana de Oliveira, vencedor da Maratona de São Paulo – 21k (BRA-2019) e da Meia Maratona da Cidade de São Paulo (BRA-2018).

Ja entre as mulheres, brigarão pelo topo do pódio a queniana Vivian Neftalita Atiplai, campeã da 10ª Maratona do Recife (BRA-2019) e da Maratona de João Pessoa (BRA-2021), e as brasileiras Larissa Quintão, vice-campeã na Porto Alegre Assis Half Marathon (BRA-2013) e na Meia Maratona da Cidade de São Paulo (BRA-2018), Amanda

Aparecida de Oliveira, quarta na Maratona do Rio de Janeiro – 21k (BRA-2021) e na Maratona do Rio de Janeiro – 21k (BRA-2019), Marlei Willers, vencedora da Maratona de Porto Alegre – 21k (BRA-2019) e sexta Maratona de Santiago – 21K (CHI-2019), Jozeli de Castro, vice nos 10K de Medellín (COL-2019) e sétima na Maratona Rio de Janeiro – 21k (BRA-2019), e Alice Yuri Lima Fonseca, campeã da Maratona de São Paulo – 21k (BRA-2019) e da Meia Maratona da Cidade de São Paulo (BRA-2019).

A entrega de kits acontecerá no Center Minas Shopping, localizada na Avenida Pastor Anselmo Silvestre, 1495, União, Belo Horizonte. A programação será a seguinte: dias 9 e 10 de dezembro, das 10h30 min às 20h30 min, e no dia 11, das 10h30min às

17h30min. Importante destacar que o acesso ao local terá uma triagem e que deverão ser apresentados documentos com a carteira de vacinação completa contra a Covid-19. Caso não tenha tomado as duas doses, terá de apresentar teste conforme descrito no item 13.1. do Regulamento. Para retirada portecelros, deverão ser apresentados a autorização e comprovante de vacinação de todos os atletas. Não haverá entrega de kits no dia da prova nem após a mesma.

Vale lembrar que as competições são dimensionadas para um número determinado de inscritos conforme as regulamentações vigentes de acordo com a capacidade das vias devidamente autorizadas junto aos órgãos competentes.

Mais informações no site www.voltadapampulha.com.br

Sabesp é reconhecida pela CGU como Empresa Pró-Ética 2020-2021

No dia 7 de dezembro, em Brasília, a Sabesp se consolidou como uma empresa modelo de governança e de combate à corrupção ao figurar por mais um ano na lista de empresas Pró-Ética 2020-2021. A iniciativa da Controladoria Geral da União (CGU) em parceria com o Instituto Ethos de

Empresas e Responsabilidade Social incentiva as empresas a adotarem, de forma voluntária, medidas de integridade, mostrando-se comprometidas em prevenir, detectar e remediar atos de corrupção e fraude. O evento chega à sua 10ª edição este ano.

A premiação foi recebida pelo superintendente de Gestão de Riscos e Conformidade da Sabesp, Michael Breslin, e pelo gerente do Departamento de Conformidade, André Carillo. "É muito gratificante perceber a evolução da governança corporativa e as ações de prevenção à corrupção na Sabesp. Aumentamos 20% a nossa pontuação no Pró-Ética. E não se trata de uma autoavaliação, mas de uma avaliação externa conduzida pelo Controladoria Geral da União. Todos os colaboradores da Sabesp estão de parabéns e devem se orgulhar por fazer parte dessa conquista. Os meus sinceros agrade-

cimentos e felicitações", disse Michael Breslin. A Companhia demonstrou as diversas ações preventivas para combater a fraude e corrupção, atualmente realizadas pelas diretorias e áreas da Sabesp. Dentre elas destacam-se treinamentos de colaboradores e dirigentes; mapeamento e monitoramento de riscos e controles dos processos sensíveis ao tema, entre outras. "Meus parabéns à Sabesp e destaque na questão da ética empresarial e esse fato com certeza se deve ao nosso Programa de Integridade e à nossa boa governança. Estão de parabéns todos os nossos co-

laboradores, porque a Sabesp é reconhecida pela sociedade como uma empresa que tem uma inegável postura ética", afirmou o diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga.

Essas ações fazem parte do Programa de Integridade da Sabesp, criado em 2015, que consiste em um conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, monitoramento e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva do Código de Conduta e Integridade e das políticas e diretrizes que tenham por objetivo prevenir fraudes e corrupção, proporcionando um ambiente de tra-

balho mais transparente e ético.

"Parabenizo todas as empresas e os representantes pelo esforço de vocês. Sabemos que vir nesse momento, receber o prêmio, ele é relativamente simples, mas passar por todos os esforços e toda adaptação da empresa, não é fácil. É um investimento pesado. Eu tenho certeza que vocês merecem, pois é uma avaliação com métricas e 18-los aqui para sabermos que estamos evoluindo como país é sensacional", disse o ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Wagner de Campos.

A edição 2020-2021 do

Empresa Pró-Ética contou com a participação de 246 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação. Após o processo de avaliação, 67 empresas foram aprovadas e reconhecidas como Empresa Pró-Ética 2020-2021, e a Sabesp faz parte desse seleto grupo, cuja avaliação levou em consideração Comprometimento da Alta Direção e Compromisso com a Ética; Políticas e Procedimentos; Comunicação e Treinamento; Canais de Denúncia e Remediação; Análise de Risco e Monitoramento; e Transparência e Responsabilidade Social.



CÂMARA (São Paulo)
Per questionando: o vereador Gilberto Nascimento (PSC) vai disputar novamente o cargo de Corregedor Geral do Parlamento paulistano, ou vai ter que cuidar de mais uma reeleição do pai à Câmara Federal?

PREFEITURA (São Paulo)
Respondendo: Ricardo Nunes diz que não deixará de fazer o grupo de empresas que ganhou a concessão do Vale do Anhangabaú cumprir todas as obrigações, nos pagamentos e nas manutenções contratuais

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Caso os deputados e as deputadas que estão querendo se filiar ao PL - agora do Presidente Bolsonaro - conseguirem, não só podem faltar votos pra muitos deles, como pros eleitos e reeleitos pelo PL em 2018

GOVERNO (São Paulo)
O comunicador João Dória vai promover uma campanha Presidencial como nunca se viu no PSDB da eleição e reeleição de Fernando Henrique Cardoso. Em tempo: Dória quer fundar o PSDB Liberal de Centro

CONGRESSO (Brasil)
Entre candidaturas que podem bombar de votos na eleição 2022 - pra Câmara Federal - está o ex-desembargador e presidente do Tribunal Justiça (SP) Ivan Sartori. Será que permanecerá no PSD do Kassab?

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Jair Bolsonaro poderá se tornar o brasileiro com mais seguidores na rede social do ex-Presidente (USA) Donald Trump. Trata-se do Grupo Trump de Mídia e Tecnologia "TMTG", privilegiando as políticas conservadoras

PARTIDOS (Brasil)
O PT tá assim pra 2022: voltar a eleger o Lula - quase canonizado pelo Supremo - ou além de não tomar o poder de volta, conforme Zé Dirceu, não elegerá nem o ex-Presidente, nem maiores no Congresso

JUSTIÇAS
Barroso (Supremo) tá propondo controles das redes sociais - autorizando que só estejam no Brasil as empresas que toparem ser controladas pra censurar terroristas verbais, mídias digitais e jornalistas, ...

(Brasil)
... chamados de "traficantes de notícias falsas". Na prática, Barroso tá defendendo o fim das liberdades possíveis - entre elas a de pensamento e expressão - que constam na Constituição da República (1988).

MÍDIAS
Cesar Neto é jornalista desde 1992 e colunista de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. A coluna - cesarneto.com - recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara Municipal (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" (Assembleia do Estado de São Paulo)

Email cesar@cesarneto.com - Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo
Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
Fone: 3258-1822
CEP: 01050-060

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Radiobrás - Agência Brasil

Publicidade Legal
Balancos, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Jornalista Responsável
Marta Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Estado autoriza R\$ 130 milhões para Hospital das Clínicas e Instituto do Câncer

O Vice-Governador Rodrigo Garcia autorizou na terça-feira (7) o repasse de R\$ 130 milhões para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP e o Instituto do Câncer de São Paulo. O recurso será utilizado para custeio e contratação de 1,3 mil novos funcionários. Durante o evento, Rodrigo Garcia agradeceu aos profissionais de saúde pelo trabalho e empenho durante o enfrentamento da pandemia do coronavírus.

"Estamos aqui repondo R\$ 28 milhões para que o Icesp feche as contas no fim do ano de 2021 e autorizando para o HC esses R\$ 102 milhões que vão permitir a contratação de mais de 1.300 funcionários", destacou Rodrigo Garcia. "Nos enfrentamos os piores momentos da pandemia ao lado de todos

vocês e esperamos a partir de 2022 um ciclo virtuoso de investimentos. Aquilo que era já prioridade, que era cuidar da saúde, a pandemia nos mostrou que essa prioridade foi renovada: não há limites para que a gente possa melhorar nosso sistema de saúde", completou.

Os repasses anunciados pelo Governo do SP incluem mais de R\$ 102 milhões para o complexo do Hospital das Clínicas da FMUSP, que serão aplicados na contratação de 1,3 mil profissionais, sendo 160 médicos, 300 enfermeiros, 690 técnicos de enfermagem e 150 profissionais de demais áreas da saúde. O investimento em recursos humanos tem como objetivo ampliar e retomar os atendimentos em todos os institutos do HC, principalmente para as demais

patologias além da Covid-19. As contratações começam já neste mês e todos os profissionais devem integrar o corpo de colaboradores até o final do primeiro semestre de 2022.

Os outros R\$ 28 milhões extras serão repassados pela Secretaria de Estado da Saúde para complementar os recursos de custeio de 2021 do Instituto do Câncer de São Paulo, que é referência nacional em atendimentos em oncologia.

"O Hospital das Clínicas exerceu um papel fundamental durante a pandemia de Covid-19, sendo referência nacional no enfrentamento da doença. Agora, com este incremento financeiro do Governo de SP, poderá ampliar e retomar a assistência a outras especialidades médicas", destacou o Secretário de

Estado da Saúde, Jean Gorinetyan.

Agradecimento
Durante o evento, Rodrigo Garcia agradeceu aos profissionais pela atuação durante a crise sanitária da pandemia do coronavírus. "Estamos com a pandemia controlada e SP dando exemplo, para o Brasil e para o mundo, de determinação, resiliência. Não são os recursos públicos em oncologia, não são os remédios ou os equipamentos, mas são as pessoas, os profissionais de saúde, que fizeram a diferença aqui no Estado de SP. Então uma palavra de agradecimento em meu nome, em nome do Governador João Dória e da população, a tudo o que vocês fizeram no enfrentamento da pandemia", ressaltou o Vice-Governador.

Metrô homenageia 130 anos da Avenida Paulista com exposição de aquarelas

A mais famosa avenida de São Paulo receberá uma homenagem do Metrô para celebrar seus 130 anos. A partir desta quarta-feira (8), a estação Trianon-Masp (Linha 2-Verde) recebe a exposição "O Metrô nos 130 anos da Avenida Paulista", que ficará em cartaz até 31 de janeiro, retratando o período de construção das três estações de metrô desta via.

São 20 imagens em aquarelas de autoria da artista plástica Diana Dorothea Danon, que registrou particularidades das obras civis das estações Brigadeiro, Trianon-Masp e Consolação, no período de 1987 - quando foi iniciada a construção - a 1991 - quando foram abertas. Curiosamente, algumas das aquarelas expostas estavam presentes no aniversário de

100 anos da Paulista. O registro artístico da construção abrange os trabalhadores da obra, o chão de barro pelas escavações, cimento, areia, máquinas e equipamentos, tentando humanizar o trabalho pesado e pouco visível, trazendo às pessoas um pouco da noção do que acontecia no subterrâneo de uma das principais vias públicas da capital paulista.

A mostra também relembra a participação histórica do Metrô na avenida e sua importância, proporcionando acessibilidade a esse corredor cultural e de negócios, através de suas três estações em um trecho de mais de 2,8 km de extensão da Linha 2-Verde, que permite conexão com todas as regiões de São Paulo.

Governo anuncia R\$ 1,9 bilhão para infraestrutura urbana nos 645 municípios paulistas

O Governador João Dória e o Vice-Governador Rodrigo Garcia anunciaram nesta terça-feira (7), no Palácio dos Bandeirantes, R\$ 1,9 bilhão para investimentos em infraestrutura urbana para os 645 municípios de São Paulo. A Secretaria de Desenvolvimento Regional vai formalizar 1491 convênios com os municípios paulistas que englobam serviços como reforma de edificações públicas, aquisição de equipamentos e caminhões de coleta de lixo, reforma de praças, creches e escolas e modernização de iluminação pública.

"Terminar o ano oferecendo aos municípios R\$ 1,9 bilhão é respeitar a política municipalista, de um governo que de fato é municipalista. Somos municipalistas porque acreditamos que essa é a única forma de governar corretamente, de governar para o município lá onde ele vive, no campo, na cidade, aqui na Região Metropolitana, na capital de São Paulo, no litoral, no interior", afirmou Dória.

Depois de apresentadas as propostas pelos prefeitos e gestores municipais ou as autorizações deliberadas pelo Governo de SP, os municípios devem indicar projetos executivos para análise técnica da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Os prazos e datas para pagamentos dos convênios, bem como sua liquidação total, variam de acordo com a data de assinatura, fluxo das obras e prestação de contas dos municípios.

"Estes investimentos serão importantes para a infraestrutura de todos os municípios de São Paulo. Somos um Governo que trabalha lado a lado com as Prefeituras para o desenvolvimento e crescimento de todas as regiões do estado", destacou o Vice-Governador Rodrigo Garcia.

Programa Parcerias Municipais
Na ocasião, foram anunciados os 30 municípios que

mais se destacaram em políticas públicas em saúde, educação, segurança e desenvolvimento socioeconômico e receberam R\$ 14 milhões em prêmios por meio do programa Parcerias Municipais, criado em 2019 pela Secretaria de Desenvolvimento Regional. No total, 621 cidades paulistas integram a iniciativa, que visa a redução das desigualdades regionais.

Os 30 municípios foram premiados em três categorias: "Melhores Resultados", "Parcerias em Ação" e "Top 3". A primeira abrange três cidades que se destacaram no conjunto dos indicadores do programa, sendo uma com população inferior a 50 mil habitantes, outra entre 50 e 100 mil habitantes e uma com população superior a 100 mil habitantes.

Na categoria "Parcerias em Ação", foram premiados municípios com a melhor execução dos planos de ação e engajamento com o programa, num total de 24 premiados.

Serão três localidades para cada um dos oito desafios do programa, divididos pela densidade populacional.

"Estamos muito satisfeitos com os resultados do Programa Parcerias Municipais, cujos propósitos têm sido plenamente alcançados: investir no desenvolvimento regional para aumentar a competitividade dos municípios paulistas, melhorar a qualidade de vida da população e reduzir as desigualdades regionais", ressaltou o Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi.

Além dessas duas categorias, o programa Parcerias Municipais premiou três cidades com os melhores resultados e os mais engajados com o programa, também em três níveis de população.

Os recursos serão repassados por meio de convênios que serão firmados com a Secretaria de Desenvolvimento Regional e serão destinados a obras de infraestrutura urbana a serem indicadas pelas Prefeituras.

Lembre sempre de lavar as mãos

Comissão do Senado aprova PL para estabilizar preço dos combustíveis

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou na terça-feira (7) o Projeto de Lei (PL) 1.472/2021, que cria um programa para estabilização do preço do petróleo e derivados no Brasil. O projeto visa amortecer os impactos dos aumentos do preço do barril de petróleo e conter a alta nos preços dos combustíveis.

O PL foi apresentado inicialmente pelo senador Rogério Carvalho (PT-SE), e a proposta aprovada foi do senador Jean Paul Prates (PT-RN), na forma de um substitutivo. O texto segue para o plenário.

Segundo o senador Jean Paul, o projeto busca reduzir a volatilidade dos preços do setor e é apenas uma das ferramentas que o governo terá para garantir que os aumentos do barril no mercado internacional não impactem com tanta frequência o país.

O projeto aprovado estabelece alíquotas mínimas e máximas para o Imposto de Exportação do produto, que serão zeradas até o valor do barril atingir US\$ 45. A versão anterior previa que o imposto valeria quanto ao barril estivesse acima de US\$ 80. Outra mudança é relativa à alíquota máxima, que agora será de até 20%, contra os 12,5% inicialmente previstos.

Alíquotas
Pelo substitutivo, a alíquota será de, no mínimo, 2,5% e, no máximo, 7,5%, aplicada apenas sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 45 por barril e abaixo ou igual a US\$ 85 por barril. A alíquota passa para, no mínimo, 7,5% e, no máximo, 12,5% quando aplicada sobre a parcela do valor do petróleo bruto acima de US\$ 85 por barril e abaixo ou igual a US\$ 100 por barril.

Para parcelas superiores a US\$ 100 por barril, a alíquota será de, no mínimo, 12,5% e, no máximo, 20% e não incidirá sobre a totalidade dos valores, mas apenas sobre a parcela de preço que exceder os valores mencionados.

Assim, no caso de um barril de US\$ 75, um carregamento exportado resultaria no pagamento de US\$ 0,5 a US\$ 1,5 por barril, ou seja, 0,6% a 2% do valor faturado. Adicionalmente, o texto prevê que pessoas jurídicas que destinem parte da produção para refino no mercado interno possam receber alíquotas diferenciadas na exportação, conforme regulamentação.

Pelo relatório, o Poder Executivo poderá alterar as alíquotas do Imposto de Exportação incidente sobre o petróleo bruto, obedecidos os limites mínimo e máximo fixados.

dos no projeto.

Estabilização

O texto aprovado determina que o Executivo regulamentará o uso de bandas de preços, de forma a estabelecer limites para variação de valores de combustíveis, definindo a frequência de reajustes e os mecanismos de compensação. O sistema de banda de preço estipula um limite máximo para as variações dos preços do petróleo no varejo, evitando, assim, aumentos abruptos.

Em seu projeto, o senador Rogério Carvalho propunha que o sistema de bandas fosse viabilizado financeiramente por meio da instituição de um fundo de estabilização. No substitutivo, o fundo passa a ser o Programa de Estabilização, para reduzir a volatilidade dos preços de derivados de petróleo. (Agência Brasil)

Preço médio do gás de cozinha fica em R\$ 95 nos últimos seis meses

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP) divulgou na terça-feira (7) a média semestral nacional do Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o gás de cozinha. O valor do botijão de 13 quilogramas (kg) ficou em R\$ 95,63, entre junho e novembro deste ano.

Segundo a ANP, a medida atende ao decreto 10.881, publicado na semana passada, que obriga a agência a divulgar todo mês, até o décimo dia útil do mês, a média nacional dos últimos seis meses do GLP.

O sistema de levantamento de preços da agência mostra que, na última semana, Cuiabá

foi a capital com o maior preço para o botijão de 13 quilos do GLP, R\$ 120,31, enquanto Salvador ficou com o menor valor, R\$ 92,59.

Em relação à gasolina comum, o litro mais em conta foi comercializado nos postos de combustíveis de Macapá: R\$ 5,938. O Rio de Janeiro teve o

valor mais alto para o litro da gasolina comum, R\$ 7,208.

Curitiba teve o menor para o litro do óleo diesel: R\$ 4,949. A pesquisa da ANP mostra que Rio Branco teve o litro mais alto do diesel: R\$ 6,071.

A coleta de preços foi feita entre 28 de novembro e 4 de dezembro. (Agência Brasil)

Comércio da América Latina e do Caribe terá aumento em 2021

De acordo com relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) divulgado na terça-feira (7), o comércio internacional da região terá uma recuperação importante em 2021. O crescimento ocorre após forte queda observada no ano passado. A recuperação, no entanto, não será igual em todos os países por causa da incerteza provocada pela pandemia do novo coronavírus.

Segundo o levantamento Perspectivas do Comércio Internacional da América Latina e do Caribe 2021, haverá um aumento de 25% no valor das exportações regionais de bens neste ano após uma queda de 10% em 2020.

Esse aumento é impulsionado pela alta de 17% nos preços de exportação e uma expansão de

8% do volume exportado. Expectativa para 2022 é aumento de 10% no valor das exportações regionais de bens e 9% nas importações, mesmo com menor crescimento da economia regional e mundial.

A América do Sul registrou o maior aumento do valor exportado em 2021, de 34%, beneficiada especialmente com os maiores preços das matérias-primas. No Caribe, o aumento das exportações ocorre pela alta dos preços do petróleo e do gás.

"O aumento das exportações de bens da região durante 2021 é explicado principalmente pelo aumento dos preços dos produtos básicos, sobretudo minerais, petróleo e produtos agroindustriais, mais do que pela expansão do volume exportado. Da mesma forma, as exportações regio-

nais de serviços ainda não se recuperaram da queda sofrida como resultado da pandemia", mostra o relatório.

Turismo

Conforme a comissão, a dependência dos países da região no turismo supera a média mundial e faz com que a incerteza quanto à reabertura do setor condicione negativamente as perspectivas de várias economias, especialmente dos países do Caribe.

"Essa situação exige uma reflexão sobre a urgência de aprovar e implementar políticas que favoreçam a integração econômica regional. Avançar para um mercado regional integrado é indispensável não só para gerar escadas eficientes de produção e promover processos de diversificação produtiva e exportadora, mas também para alcançar maior au-

tonomia em setores estratégicos. Esse último objetivo tem adquirido particular relevância face às perturbações provocadas pela pandemia nas cadeias mundiais de abastecimento", destacou a secretária executiva Alicia Barchena na apresentação do documento.

Incertezas

O relatório da Cepal indica vários fatores de incerteza no comércio mundial com reflexos na região como o ritmo desigual de vacinação e novas variedades do vírus; pressões inflacionárias e dificuldade em manter os estímulos fiscais; tensões comerciais e riscos no setor imobiliário da China; interrupções nas cadeias de abastecimento e aumento dos fretes. (Agência Brasil)

IGP-DI tem queda de 0,58% em novembro

O Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), registrou deflação (queda de preços) de 0,58% em novembro. Em outubro, ele teve inflação de 1,60%. Em novembro do ano passado, a

alta de preços havia sido de 2,61%. Com o resultado de novembro, o IGP-DI acumula inflação de 16,28% no ano e de 17,16% em 12 meses.

A queda da taxa de outubro para novembro deste ano foi puxada principalmente pelos preços

do atacado, medidos pelo Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA). O subíndice teve deflação de 1,16% em novembro, ante uma inflação de 1,90% em outubro.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) também

teve queda, mas continuou registrando inflação ao passar de 0,86% para 0,67%. Por outro lado, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede o varejo, teve alta ao passar de 0,77% em outubro para 1,08% em novembro. (Agência Brasil)

BNDDES e Incra vão implantar projeto sobre assentamentos na Amazônia

Os presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDDES), Gustavo Montezano, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Geraldo Melo Filho, assinaram na terça-feira (7) acordo de cooperação para implantação de piloto do Projeto Integrado de Ordenamento Territorial (PiOT) em assentamentos da região amazônica.

Durante a solenidade, o analista do BNDDES Luiz Antonio Pazos ressaltou que a atuação do banco na Amazônia é voltada para a manutenção da floresta em pé, gerando desenvolvimento sustentável para a região e transformando a vida dos brasileiros que vivem lá.

O ordenamento territorial é um dos eixos trabalhados pelo BNDDES, destacou Pazos. Com base nisso, a equipe da instituição pensou em fazer um projeto integrado com o Incra, que "não seja só entregar o título

(de regularização fundiária), mas que extrapole isso, porque aquela população que está lá precisa mais do que o título".

Dentro desse escopo, a parceria BNDDES e Incra estabeleceu quatro pilares de atuação. O primeiro abrange a regularização fundiária, com sensoramento remoto, elaboração de mapeamento econômico e ecológico dos assentamentos, possibilidades de atividades econômicas e entrega de títulos definitivos da terra.

"Agricultura familiar. É disso que a gente está falando", resumiu o analista do BNDDES. O segundo pilar é a recuperação ambiental, com reorientação do uso da terra, englobando a recuperação de áreas degradadas, que prevê a inscrição no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e protocolo e execução do Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas (Prada). "Falar disso é falar de relacionamento com os estados e

do pacto federativo. É isso que a gente está fazendo", apontou Pazos.

O terceiro pilar se refere à infraestrutura dos assentamentos, com recuperação de estradas vicinais, construção de galpões de armazenagem, adução e distribuição de água, eletrificação rural, estabelecimentos de educação e saúde.

O quarto e último pilar trata da inclusão produtiva dos assistidos, para colocar no mercado o que eles produzem, com ações de certificação no ministério, industrialização da produção e processos tecnológicos mais eficientes, que propiciará a geração de emprego e renda no campo.

Entre os benefícios anunciados, destaque para a regularização fundiária, com diminuição de conflitos agrários. Com a recuperação ambiental, os assistidos terão propriedades livres de embargos e aptas a comercializar com qualquer com-

prador. Segundo o BNDDES, tudo isso contribuirá para a restauração da paisagem, do clima e da imagem do Brasil no exterior.

O Brasil tem um total de 560 Projetos de Assentamentos (PAS) que somam mais de 30 mil famílias. O projeto integrado do BNDDES e Incra vai trabalhar com duas áreas prioritárias, onde serão realizados censo e mapas cartográficos, respectivamente, abrangendo 87 PAS com mais de 15 mil famílias, ou o equivalente a 60 mil pessoas, situadas em mais de um milhão de hectares, com 38 mil hectares a serem recuperados, nas cidades de Macapá (AC), Marabá (PA), Porto Velho (RO) e Roraima (RR), totalizando região maior que o dobro do Distrito Federal. O Incra entrará com a parte estratégica e técnica e o BNDDES como articulador e doador do projeto, junto com o setor privado. (Agência Brasil)

INTERNACIONAL

Unicef pede US\$ 2 bi para salvar crianças afegãs

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) pediu na terça-feira, (7) US\$ 2 bilhões aos doadores para responder à grave crise humanitária no Afeganistão e tratar 1 milhão de crianças com desnutrição aguda.

De acordo com a representante do Unicef Alice Akunga, metade das crianças menores de cinco anos no Afeganistão está gravemente desnutrida em 2022 devido à crise alimentar e ao colapso da infraestrutura de saúde.

O órgão da ONU lembrou que em 2021 mais de 60 mil casos de sarampo foram relatados e 10 milhões de crianças podem ter abandonado a escola.

Este é o maior pedido já feito pela Unicef, verba necessária para "prevenir o colapso da saúde, a nutrição e outros serviços sociais vitais para crianças e famílias".

O fundo pretende tratar 1 milhão de crianças com desnutrição aguda e vacinar 10,5 milhões de crianças contra o sarampo, além de garantir o acesso à educação de 7,5 milhões em idade escolar.

"Temos de lembrar-nos da nossa humanidade e fazer tudo o que pudermos para manter as crianças vivas, bem alimentadas, seguras e a aprender", disse Akunga.

O Afeganistão atravessa grave crise econômica e humanitária, que aumentou para níveis sem precedentes após a chegada dos talibãs ao poder, em 15 de agosto, como resultado de sanções econômicas internacionais, em particular dos Estados Unidos (EUA), para impedir o acesso de líderes islâmicos ao sistema financeiro internacional.

As sanções provocaram enormes danos à economia afegã, deixando a população dependente da distribuição de ajuda humanitária.

Embora os EUA não tenham reconhecido o governo talibã, há várias questões em aberto no relacionamento entre os dois países, relacionados com matérias de direitos humanos e de luta contra o terrorismo. (Agência Brasil)

Remédio da GSK-Vir funciona contra mutações, diz estudo

A farmacêutica britânica GSK informou, na terça-feira (7), que sua terapia contra a covid-19 baseada em anticorpos, desenvolvida em parceria com a norte-americana Vir Biotechnology, é eficaz contra todas as mutações da nova variante Omicron do coronavírus. A empresa citou novos dados de estudo em estágio inicial.

Os dados, que ainda serão publicados em um periódico médico sujeito ao crivo da comunidade científica, mostram que o tratamento da empresa, batizado de sotrovimab, funciona contra todas as 37 mutações identificadas até o momento na proteína spike da variante Omicron, disse a GSK em comunicado.

Na semana passada, outros dados pré-clínicos mostraram que o remédio funcionou contra mutações cruciais da Omicron. O sotrovimab foi concebido para se ater à proteína spike na superfície do coronavírus, mas foi descoberto que a Omicron tem um número anormalmente alto de mutações nessa proteína.

"Esses dados pré-clínicos demonstram o potencial de nossos anticorpos monoclonais serem eficazes contra a variante mais recente, Omicron, além de todas as outras variantes preocupantes definidas até o momento pela Organização Mundial da Saúde", disse o chefe científico da GSK, Hal Barron.

A GSK e a Vir estão criando em laboratório os chamados pseudovírus, que contêm importantes mutações do coronavírus de todas as possíveis variantes que já surgiram, e então realizam testes sobre sua vulnerabilidade ao tratamento sotrovimab. (Agência Brasil)

Estudo mostra que pandemia aumentou fatia que super-ricos detêm

A fatia que os bilionários detêm da riqueza global das famílias aumentou de maneira recorde durante a pandemia de covid-19. Os milionários também saem da crise na frente, revelou estudo divulgado na terça-feira (6).

Produzido por uma rede de cientistas sociais, o Relatório da Desigualdade Mundial estimou que neste ano os bilionários possuem coletivamente 3,5% da riqueza global das famílias. O índice é superior aos pouco mais de 2% vistos no início da doença, no começo de 2020.

"A crise da covid exacerbou as desigualdades entre os muito ricos e o resto da população", disse o autor principal, Lucas Chancel. Ele ressaltou que economistas ricos usaram um apoio fiscal maciço para mitigar os aumentos de pobreza acentuados vistos em outras partes.

O relatório se valeu de uma variedade de pesquisas especializadas e dados de domínio público. O prefácio foi escrito por Abhijit Banerjee e Esther Duflo, economistas radicados nos Estados Unidos e dois integrantes do trio que recebeu um Prêmio Nobel por seu trabalho sobre a pobreza em 2019.

"Como a riqueza é uma grande fonte de ganhos econômicos futuros e, cada vez mais, de poder e influência, isto é um presságio para aumentos adicionais da desigualdade", escreveram eles sobre o que classificaram como uma "concentração extrema de poder econômico nas mãos de uma minoria muito pequena de super-ricos".

As conclusões confirmam uma série de estudos existentes, "listas de ricos" e outros índices que apontam para um aumento das desigualdades em questões de saúde, sociais, de gênero e de raça durante a pandemia. (Agência Brasil)

Gov. e empresários assinam termo de concessão de 50%

Presidente Jair Bolsonaro diz que PEC dos Precatórios não é calote

O presidente Jair Bolsonaro falou na terça-feira, (7), durante a cerimônia de assinatura da concessão de frequências do 5G, sobre a importância do programa que substituiu o Bolsa Família, o Auxílio Brasil.

"A PEC dos Precatórios não é um calote, muito pelo contrário. É uma renegociação, um alongamento de dívida para quem tinha mais de R\$ 600 mil para receber do governo. É isso que nos permite um saldo, um espaço, para potencializar com justiça o programa", disse o presidente ao se referir à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos Precatórios, que abre espaço no Orçamento de 2022 para bancar R\$ 400 milhões aos beneficiários do Auxílio Brasil.

No início do mês o Senado aprovou a PEC, mas a PEC, como sofreu alterações, a proposta terá que voltar à Câmara.

O presidente da República, Jair Bolsonaro, participou de cerimônia de assinatura de termos de autorização de uso de radiofrequências pelas empresas vencedoras das faixas do leilão do 5G no Palácio do Planalto.

Durante discurso, Jair Bolsonaro disse que a exigência do passaporte de vacinação contra a covid-19 fere liberdades individuais. "A gente pergunta: quem é vacinado pode contrair o vírus? Pode e

contrai. Pode transmitir? Sim, transmite. Pode morrer? Sim, também. Então por que essa coisa que querem colocar no povo brasileiro? Eu prefiro morrer do que perder a liberdade", comentou.

O presidente também declarou que é contrário à aplicação de vacinas contra covid-19 em crianças. "Vamos todos respeitar a liberdade individual", disse Bolsonaro. "Liberdade acima de tudo", completou.

O presidente voltou a dizer que sempre se posicionou contra medidas de restrição de circulação de pessoas e suspensão do comércio e serviços, e atribuiu a alta da inflação a essas medidas.

Bolsonaro afirmou que o governo trabalha com a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para que o espaço de vacinação seja sem restrições e exigências de passaportes vacinais. "O Brasil não aguenta mais lockdown. Temos que tocar o barco."

Eleições 2022

O presidente falou sobre as duas indicações ao Supremo Tribunal Federal (STF) que serão feitas no primeiro trimestre de 2023. "Como é de praxe, o Congresso renova metade de seus quadros, o Executivo estadual também, e também a presidência. Quem, porventura, ganhasse eleições ano que vem terá a oportunidade de indicar dois nomes para o Supremo Tribunal Federal. A renovação é essencial", afirmou. (Agência Brasil)

Gov. Federal anuncia quarentena de cinco dias para viajantes não vacinados

O governo federal anunciou na terça-feira (7) que vai exigir cinco dias de quarentena para viajantes não vacinados contra a covid-19 que desembarcaram no Brasil. Em cerimônia no Palácio do Planalto, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, detalhou que, após o período de quarentena definido, os viajantes deverão realizar um teste do tipo RT-PCR com resultado negativo.

Segundo o ministro, cerca de 80% da população brasileira acima de 14 anos já está imunizada com as duas doses da vacina. O número representa mais de 175 milhões de habitantes. Ele destacou ainda que o país conseguiu "reduzir fortemente" o número de casos e óbitos provocados pela covid-19 — nos últimos seis meses, a queda foi de cerca de 90%.

Exigência de um certificado de vacinação para viajantes que não foram no país, recomendada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Queiroga avaliou que o enfrentamento à pandemia não diz respeito apenas "a um chamado passaporte que mais discórdia do que consenso".

"Ultimamente, o mundo ficou muito preocupado com uma nova variante do vírus. Essas variantes podem acontecer em qualquer lugar do mundo. Os países que identificaram essas variantes não podem ser punidos com restrições aos seus cidadãos."

"É necessário defender as liberdades individuais, respeitar os direitos dos brasileiros e acessarem livremente as políticas públicas de saúde", disse. "Essa temática envolve as relações exteriores do Brasil e o Brasil é um país muito reconhecido exatamente por utilizar o princípio da reciprocidade", completou. (Agência Brasil)

Passaporte da vacina

Sobre a possibilidade de AT/MS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Comissão da Câmara amplia uso sustentável de florestas públicas

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou projeto para facilitar a concessão de florestas públicas. O Projeto de Lei (PL) 5518/20 é de autoria de Rogério Agostinho (PSB-SP), mas o que foi aprovado foi um substitutivo apresentado pelo relator, deputado Coronel Christóvão (PSL-RO), que altera diversos pontos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006.

"Estão aptos para a exploração florestal sustentável cerca de 20 milhões de hectares de florestas públicas. Entretanto, desde a aprovação da lei 2006, foram objeto de contratos de concessão florestal apenas 1 milhão de hectares", disse Christóvão.

OPL possibilita a concessão de florestas para pessoas jurídicas, para conservação e restauração, além da exploração sustentável.

O Poder Executivo enviou mensagem ao Congresso para retirar o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 36/21, que abre crédito especial de R\$ 128,3 milhões. Os recursos têm como objetivo emendas do relator-geral do Orçamento, classificadas como RP9 (emendas do relator).

A maior parte dos recursos, de R\$ 128,3 milhões, irá para fomento ao setor agropecuário. Os R\$ 10 milhões restantes destinados à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Originalmente, o crédito especial fazia parte do PLN 31/21. No entanto, a Comissão Mista de Orçamento decidiu dividir a proposta por causa da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a execução das emendas do relator por julgar que faltava transparência na distribuição por indicações de parlamentares.

Em resposta, o Congresso aprovou uma resolução que aumenta a publicidade sobre destinação e estabelece limite para

Comissão da Câmara amplia uso sustentável de florestas públicas

tentativo. O concessionário poderá, por exemplo, ter acesso ao patrimônio genético da floresta para fins de pesquisa e desenvolvimento, bioprospecção ou constituição de coleções, possibilidade vedada pela legislação atual. Também poderá explorar a fauna e comercializar créditos de carbono da área concedida.

Para maior celeridade às concessões, a proposta permite alteração da ordem da licitação: invertem-se as fases de habilitação e julgamento, para que a análise dos documentos de habilitação seja feita após a fase de classificação.

O projeto tramita em caráter conclusivo, ou seja, não precisa ir a plenário. O texto será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). (Agência Brasil)

Gov. retira R\$ 138 milhões de emendas do relator

O Poder Executivo enviou mensagem ao Congresso para retirar o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 36/21, que abre crédito especial de R\$ 128,3 milhões. Os recursos têm como objetivo emendas do relator-geral do Orçamento, classificadas como RP9 (emendas do relator).

A maior parte dos recursos, de R\$ 128,3 milhões, irá para fomento ao setor agropecuário. Os R\$ 10 milhões restantes destinados à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Originalmente, o crédito especial fazia parte do PLN 31/21. No entanto, a Comissão Mista de Orçamento decidiu dividir a proposta por causa da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a execução das emendas do relator por julgar que faltava transparência na distribuição por indicações de parlamentares.

Em resposta, o Congresso aprovou uma resolução que aumenta a publicidade sobre destinação e estabelece limite para

Gov. retira R\$ 138 milhões de emendas do relator

as despesas. Na segunda-feira (6), a ministra do STF Rosa Weber liberou a execução das emendas de relator de 2021 desde que sejam aplicadas as regras da resolução do Congresso.

Programação orçamentária

Na mensagem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a programação orçamentária do Ministério da Agricultura já contempla suplementação de R\$ 128,3 milhões para fomento e apoio aos pequenos e médios produtores rurais. A política tem como objetivo o estímulo ao aumento da geração de emprego e renda no setor agropecuário.

Originalmente, as emendas de relator ofereciam suplementação de R\$ 128,3 milhões para o Ministério da Defesa, como parte do programa de implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Cuiabá Norte. Os outros R\$ 10 milhões financiavam o apoio ao controle de qualidade da água para prevenção de doenças. (Agência Brasil)

Gov. Federal anuncia quarentena de cinco dias para viajantes não vacinados

O governo federal anunciou na terça-feira (7) que vai exigir cinco dias de quarentena para viajantes não vacinados contra a covid-19 que desembarcaram no Brasil. Em cerimônia no Palácio do Planalto, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, detalhou que, após o período de quarentena definido, os viajantes deverão realizar um teste do tipo RT-PCR com resultado negativo.

Segundo o ministro, cerca de 80% da população brasileira acima de 14 anos já está imunizada com as duas doses da vacina. O número representa mais de 175 milhões de habitantes. Ele destacou ainda que o país conseguiu "reduzir fortemente" o número de casos e óbitos provocados pela covid-19 — nos últimos seis meses, a queda foi de cerca de 90%.

Comissão da Câmara amplia uso sustentável de florestas públicas

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou projeto para facilitar a concessão de florestas públicas. O Projeto de Lei (PL) 5518/20 é de autoria de Rogério Agostinho (PSB-SP), mas o que foi aprovado foi um substitutivo apresentado pelo relator, deputado Coronel Christóvão (PSL-RO), que altera diversos pontos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006.

"Estão aptos para a exploração florestal sustentável cerca de 20 milhões de hectares de florestas públicas. Entretanto, desde a aprovação da lei 2006, foram objeto de contratos de concessão florestal apenas 1 milhão de hectares", disse Christóvão.

OPL possibilita a concessão de florestas para pessoas jurídicas, para conservação e restauração, além da exploração sustentável.

O Poder Executivo enviou mensagem ao Congresso para retirar o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 36/21, que abre crédito especial de R\$ 128,3 milhões. Os recursos têm como objetivo emendas do relator-geral do Orçamento, classificadas como RP9 (emendas do relator).

A maior parte dos recursos, de R\$ 128,3 milhões, irá para fomento ao setor agropecuário. Os R\$ 10 milhões restantes destinados à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Originalmente, o crédito especial fazia parte do PLN 31/21. No entanto, a Comissão Mista de Orçamento decidiu dividir a proposta por causa da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a execução das emendas do relator por julgar que faltava transparência na distribuição por indicações de parlamentares.

Em resposta, o Congresso aprovou uma resolução que aumenta a publicidade sobre destinação e estabelece limite para

Gov. retira R\$ 138 milhões de emendas do relator

as despesas. Na segunda-feira (6), a ministra do STF Rosa Weber liberou a execução das emendas de relator de 2021 desde que sejam aplicadas as regras da resolução do Congresso.

Programação orçamentária

Na mensagem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a programação orçamentária do Ministério da Agricultura já contempla suplementação de R\$ 128,3 milhões para fomento e apoio aos pequenos e médios produtores rurais. A política tem como objetivo o estímulo ao aumento da geração de emprego e renda no setor agropecuário.

Originalmente, as emendas de relator ofereciam suplementação de R\$ 128,3 milhões para o Ministério da Defesa, como parte do programa de implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Cuiabá Norte. Os outros R\$ 10 milhões financiavam o apoio ao controle de qualidade da água para prevenção de doenças. (Agência Brasil)

Comissão da Câmara amplia uso sustentável de florestas públicas

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados aprovou projeto para facilitar a concessão de florestas públicas. O Projeto de Lei (PL) 5518/20 é de autoria de Rogério Agostinho (PSB-SP), mas o que foi aprovado foi um substitutivo apresentado pelo relator, deputado Coronel Christóvão (PSL-RO), que altera diversos pontos da Lei de Gestão de Florestas Públicas, de 2006.

"Estão aptos para a exploração florestal sustentável cerca de 20 milhões de hectares de florestas públicas. Entretanto, desde a aprovação da lei 2006, foram objeto de contratos de concessão florestal apenas 1 milhão de hectares", disse Christóvão.

OPL possibilita a concessão de florestas para pessoas jurídicas, para conservação e restauração, além da exploração sustentável.

O Poder Executivo enviou mensagem ao Congresso para retirar o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) 36/21, que abre crédito especial de R\$ 128,3 milhões. Os recursos têm como objetivo emendas do relator-geral do Orçamento, classificadas como RP9 (emendas do relator).

A maior parte dos recursos, de R\$ 128,3 milhões, irá para fomento ao setor agropecuário. Os R\$ 10 milhões restantes destinados à estruturação de unidades de atenção especializada em saúde.

Originalmente, o crédito especial fazia parte do PLN 31/21. No entanto, a Comissão Mista de Orçamento decidiu dividir a proposta por causa da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu a execução das emendas do relator por julgar que faltava transparência na distribuição por indicações de parlamentares.

Em resposta, o Congresso aprovou uma resolução que aumenta a publicidade sobre destinação e estabelece limite para

Gov. retira R\$ 138 milhões de emendas do relator

as despesas. Na segunda-feira (6), a ministra do STF Rosa Weber liberou a execução das emendas de relator de 2021 desde que sejam aplicadas as regras da resolução do Congresso.

Programação orçamentária

Na mensagem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a programação orçamentária do Ministério da Agricultura já contempla suplementação de R\$ 128,3 milhões para fomento e apoio aos pequenos e médios produtores rurais. A política tem como objetivo o estímulo ao aumento da geração de emprego e renda no setor agropecuário.

Originalmente, as emendas de relator ofereciam suplementação de R\$ 128,3 milhões para o Ministério da Defesa, como parte do programa de implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Cuiabá Norte. Os outros R\$ 10 milhões financiavam o apoio ao controle de qualidade da água para prevenção de doenças. (Agência Brasil)

Gov. retira R\$ 138 milhões de emendas do relator

as despesas. Na segunda-feira (6), a ministra do STF Rosa Weber liberou a execução das emendas de relator de 2021 desde que sejam aplicadas as regras da resolução do Congresso.

Programação orçamentária

Na mensagem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que a programação orçamentária do Ministério da Agricultura já contempla suplementação de R\$ 128,3 milhões para fomento e apoio aos pequenos e médios produtores rurais. A política tem como objetivo o estímulo ao aumento da geração de emprego e renda no setor agropecuário.

Originalmente, as emendas de relator ofereciam suplementação de R\$ 128,3 milhões para o Ministério da Defesa, como parte do programa de implementação de infraestrutura básica nos municípios da região do Cuiabá Norte. Os outros R\$ 10 milhões financiavam o apoio ao controle de qualidade da água para prevenção de doenças. (Agência Brasil)

Em resposta, o Congresso aprovou uma resolução que aumenta a publicidade sobre destinação e estabelece limite para

as despesas. Na segunda-feira (6), a ministra do STF Rosa Weber liberou a execução das emendas de relator de 2021 desde que sejam aplicadas as regras da resolução do Congresso.

as despesas. Na segunda-feira (6), a ministra do STF Rosa Weber liberou a execução das emendas de relator de 2021 desde que sejam aplicadas as regras da resolução do Congresso.

Em resposta, o Congresso aprovou uma resolução que aumenta a publicidade sobre destinação e estabelece limite para